

ANEXO VI

JUSTIÇA FEDERAL/RN

SEÇÃO DE AUDITORIA INTERNA DO RIO GRANDE DO NORTE - SJRN

PLANO ANUAL DE AUDITORIA DA SUBSECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA – PAA/2021

01 – AUDITORIAS NACIONAIS E REGIONAIS:

DESCRIÇÃO SUMÁRIA	RISCO	RELEVÂNCIA	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	CLASSIFICAÇÃO AUDITORIA	OBJETIVO	ESCOPO	DATA (PREVISÃO)
Auditoria de Acessibilidade Coordenada pelo CNJ	A definir pelo CNJ	A definir pelo CNJ	A definir pelo CNJ	A definir pelo CNJ	Mapear o grau de acessibilidade e propor encaminhamento a fim de promover a ampliação do acesso à Justiça das pessoas com deficiência.	A definir pelo CNJ	2º semestre de 2021
Auditoria financeira e de conformidade	Fraude, ilegalidade ou irregularidade, distorção de resultados ou informações e/ou ausência de controles internos adequados que comprometem a gestão no alcance dos seus objetivos.	Certificar as contas, expressando o opinião quanto à regularidade: I – opinião sem ressalvas; II – opinião com ressalvas; III – opinião adversa; IV – abstenção de opinião	- Lei 4.320/1964; - Manual de Contabilidade de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – NBC TSP; - Decreto 93.872/1986 (gestão Orçamentária, financeira, contábil dos recursos de caixa do Tesouro Nacional:- Decreto-Lei 200/1967 - Lei 10.180/2001 -Estrutura conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público; - Demais normas contábeis emitidas pela STN e Macrofunções do SIAFI;	Financeira integrada com conformidade	Emitir relatório e certificado de auditoria com opinião sobre se: a) as demonstrações contábeis, financeiras e orçamentárias do TRF5, referentes ao exercício de 2020, refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial, financeira e orçamentária do TRF5 em 31/12/2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas ao setor público; e se b) as atividades, operações ou transações e atos de gestão relevantes dos	A situação patrimonial, financeira e orçamentárias e outros elementos que são avaliados ou mensurados e reconhecidos pela administração do TRF5, apresentados nos balanços patrimonial, orçamentário e na demonstração das variações patrimoniais, e as atividades, operações ou transações e atos de gestão dos responsáveis subjacentes a essas demonstrações.	Outubro de 2020 a março 2021

			- Lei de Diretrizes Orçamentárias; - Lei Complementar 101/2000; LRF; Decreto 93.872/1986; Leis trabalhistas, previdenciárias, tributárias e outras; Leis e regulações específicas.		responsáveis subjacentes à demonstrações acima referidas estão em conformidade, em todos os aspectos relevantes, com as leis e regulamentos aplicáveis e com os princípios de administração pública que regem a gestão financeira responsável e a conduta de agentes públicos.		
Auditoria em Contratações na área de Tecnologia da Informação	A definir pela equipe	A definir pela equipe	Resolução CNJ 201/2015, 325/2020 e 347/2020; Lei 8666/93; Decreto 7.892/2013.	A definir pela equipe	A definir pela equipe	A definir pela equipe	2º semestre
Fiscalização dos Processos de reembolso dos servidores requisitados	A definir pela equipe	A definir pela equipe	Acórdão 1345/2020 Plenário	A definir pela equipe	Verificar o cumprimento dos requisitos aplicáveis. Os resultados esperados são a confirmação de que os controles internos do TRF5 e Seções Judiciárias para a requisição de servidor operam de forma eficaz tanto para identificar quanto para corrigir as impropriedades detectadas.	A definir pela equipe	2º semestre

JUSTIÇA FEDERAL/RN

SEÇÃO DE AUDITORIA INTERNA DO RIO GRANDE DO NORTE - SJRN

02 – AUDITORIAS LOCAIS:

Nº	DESCRIÇÃO SUMÁRIA	RISCO	RELEVÂNCIA	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	CLASSIFICAÇÃO AUDITORIA	OBJETIVO	ESCOPO	DATA (PREVISÃO)	EQUIPE
01	Verificação do cumprimento das recomendações emitidas pela Unidade de Auditoria Interna da JF/RN.	Realizar procedimentos administrativos em desacordo com as orientações da SAI-JF/RN aprovadas pela Direção do Foro.	Contribuir para evolução da gestão de riscos e dos controles internos.	Manual de Auditoria Interna da JF5 (item 8.58 e seguintes) RES-CNJ-309/20 (art. 56 e seguintes) RES-CJF-677/20 (art. 97 e seguintes)	Monitoramento e Acompanhamento	Contribuir para a consecução da eficiência e eficácia da unidade de auditoria interna da JF/RN.	Atos da Gestão Administrativa de 2017-2021.	01/02/2021 a 17/12/2021.	(*)
02	Verificação do cumprimento das determinações emitidas pelas unidades de auditoria do TRF5. CJF, CNJ e TCU.	Realizar procedimentos administrativos em desacordo com as orientações do controle externo e dos órgãos superiores do sistema de Auditoria Interna/externa no exercício de sua missão institucional.	Contribuir para evolução da gestão de riscos e dos controles internos.	RES-CNJ-309/20 (art. 22, § 3º) RES-CJF-677/20 (art. 46, § 3º)	Monitoramento e Acompanhamento	Contribuir para a consecução da eficiência e eficácia do controle externo e dos órgãos superiores do sistema de Auditoria Interna/Externa.	Atos da Gestão Administrativa de 2017-2021.	01/02/2021 a 17/12/2021.	(*)
03	Verificação do cadastramento dos imóveis da JFRN no Sistema de Cadastro de Imóveis da Justiça Federal - CADI-JUS.	Descumprimento de determinação do CJF.	Contribuir para evolução da gestão administrativa.	RES-CJF-523/19 (art. 30)	CONFORMIDADE	Contribuir para a consecução da eficiência e eficácia no controle e gestão dos bens imóveis da JF/RN.	Sistema de Cadastro de Imóveis da Justiça Federal - CADI-JUS.	01/02/2021 a 17/12/2021.	(*)
04	Verificação no Sistema SIAFI das consistências nos valores registrados	Distorção na avaliação do patrimônio nas demonstrações	Contribuir para evolução da gestão de riscos e dos controles	Macrofunção Siafi 021142 – Folha de Pagamento.	CONTÁBIL	Contribuir para a consecução da exatidão dos registros e das	Registros contábeis no Sistema SIAFI.	01/02/2021 a 17/12/2021.	(*)

	como obrigação com 13º salário a Pagar.	contábeis.	internos.			demonstrações contábeis no que se refere aos eventos que alteram o patrimônio e a representação do patrimônio do ente.			
--	---	------------	-----------	--	--	--	--	--	--

(*) A equipe de auditoria, composta preferencialmente por 02 (dois) servidores, será definida em época própria, de acordo com a disponibilidade e conhecimentos específicos na área a ser auditada.